A Câmara Municipal

Marvão, 15/04/2015

PRESENTE EM REUNIAO
DE 2015.04.20

(DA – 18|15)

Conjunto Histórico-Arquitectónico Fronteiriço do Porto Roque Marvão

- proposta de classificação –

justificação

Todos os animais, por diferentes meios, marcam os seus territórios de exploração e o homem não foge a essa norma. Desde as épocas mais recuadas, ainda durante a fase da caça e recolecção já o homem sinalava os seus espaços de recolha de recursos. Chegaram a até nós testemunhos dessas ancestrais demarcações, sendo a pintura parietal um exemplo claro desses sinalizadores territoriais.

Quando, após a última glaciação, o homem enceta uma vida mais sedentária, o investimento na domesticação da terra gera, naturalmente, um maior sentido de posse sobre o território onde ele se esforçou. Marcar e demarcar o que considera seu assume gradualmente maior relevância. Aos ancestrais territórios de exploração de recursos naturais somam-se agora os espaço onde o homem investiu força e tempo, desmatando clareiras para a agricultura e pastorícia.

Naturalmente, quanto maior o investimento, maior o sentido de posse dos territórios.

Será com a emergência do Neolítico que a apropriação da terra e a sua consequente sinalização e demarcação assumem características assumidamente intemporais. O sinal mais evidente da apropriação do espaço processa-se, em quase todas as comunidades, através da monumentalização da morte. Os denominados "campos santos", com maior ou menor monumentalização, assumiram e continuam a assumir o mais forte sentido de ligação do homem a um espaço e a sua consequente apropriação. Se as necrópoles são, por excelência, o marcador central de propriedade dum grupo, onde os seus ancestrais permanecem, também desde épocas igualmente recuadas que o homem procurou demarcar os limites dos territórios que considera seus por forma a informar e intimidar os outros que possam chegar. Marcos naturais, tais como formações rochosas bem destacadas na paisagem, linhas de água de difícil transposição, linhas de festo, árvores de significativa dimensão e quando necessário reforçadas por erecção de balizas artificiais, ou pelo reforço gráfico dos acidentes

naturais, de tudo o homem se serviu para informar os outros que aquele espaço tem dono, ou donos.

O muro, ou muralha, a pedra ou pau erguidos, os símbolos gravados ou pintados sobre rochas ou árvore, o posicionamento simbólico de objectos, ou artefactos em locais de passagem, de tudo o homem se serviu para delimitar o espaço que considera seu. À medida que o investimento na terra aumenta, maior é o reforço na sinalização e fiscalização da propriedade. Gradualmente, ao longo do processo de apropriação do território o homem estabelece pontos de guarda e vigilância do que considera seu. Atalaias em sítios elevados emergem nos limites dos territórios, muros encerram os espaços da vida e da morte, a intervisibilidade e as comunicações assumem, cada vez mais, um papel determinante na demarcação dos territórios. Serão, sobretudo, os locais naturais de passagem, os vulgarmente chamados portos, ou portelas que maior atenção vão merecer por parte dos que da terra se apropriam. Por esses locais, obrigatoriamente, terão que passar homens e animais e será aí que os que se consideram proprietários do território concentram maior controlo. São locais de importância vital para a salvaguarda da propriedade. Quem controlar as zonas de passagem controla o território.

Quando a densidade populacional é reduzida e não permite uma efectiva e continuada presença de defensores, a estratégia de controlo e defesa passa pela obstrução física artificial da passagem, ou pela intimidação psicológica. Barreiras artificiais, como muros de pedra, ou cercas de madeira tentam estrangular as passagens. Em alternativa, ou em complementaridade o efeito psicológico pode dissuadir os que de fora se aproximam. Marcos, sinais, ou objectos com forte carga negativa explicitamente informam os outros que a partir daquele ponto o território tem proprietários.

Singulares e notáveis acidentes naturais foram milenar e continuamente utilizados como marcadores territoriais.

A expressão física das imponentes penhas quartzíticas do Porto Roque, no limite do concelho de Marvão, sabemos hoje que foram utilizadas, continuamente, como demarcadores de territórios desde, pelo menos, os finais da última glaciação.

O Porto Roque, isto é, o Porto da Rocha, zona natural de passagem é marcado pelas imponentes cristas quartzíticas que o ladeiam a Este. Esta formação natural, visível a longa distância, e do topo da qual se avista larguíssimo horizonte, não passou indiferente ao homem pré-histórico. Em todos os abrigos desta crista, que escala humana apresentem, encontramos sinais de ocupação que remonta, pelo menos, ao período Neolítico. Mas o ponto mais notável desta crista, nas denominadas Penhas da Esparoeira, na zona do Ninho do Bufo, numa sub-portela, pela qual se acede ao topo da formação, a meio da escarpa, num pequeno abrigo natural, delimitado

exteriormente por um muro muito destruído, observam-se vários painéis de pinturas esquemáticas. Pintadas a vermelho e branco várias mensagens aqui foram registadas pelas primeiras comunidades agro-pastoris. Nestes painéis onde digitados e traços se misturam com figuras antropomórficas merece especial destaque uma cena que poderá querer representar um parto humano. Continuando a subir a escarpa pela sub-portela, quase a atingir o topo, encontramos duas cortinas de frustes muralhas de pedra seca que poderão recuar à pré-história, mas que, em épocas posteriores foram, seguramente, recondicionadas. A muralha existente no topo da crista quartzítica poderá ter sido utilizada até ao domínio romano. Pelo Porto-Roque passa uma via romana secundária que sai da cidade de Ammaia e se encaminha em direção a Cáceres e a Alcântara. Facilmente se compreende a importância estratégica, qual atalaia, das penhas do Porto Roque na defesa da via às portas da Ammaia.

Desde a Idade-Média vários caminhos uniam, pelo norte, as terras de Marvão e Valência de Alcântara mas que obrigavam à transposição do rio Sever. Assim, apenas eram utilizados em época de estio, altura em que o caudal se reduz a um pequeno regato. No resto do ano o eixo viário que pelo Porto-Roque passa e que transpõe o Sever na zona da alfândega e onde se pagava a respectiva portagem, hoje aldeia da Portagem, manteve-se em contínua utilização, e as penhas da Esparoeira voltam novamente a ter importância acrescida tal a forte memória como demarcador territorial que ainda possuíam.

Na sequência do Tratado de Alcanizes, em 1297, a fixação das linhas de divisão entre Portugal e Castela voltam a ser mexidas e os "homens bons" de Marvão e Valência de Alcântara, mandatados pelos respectivos reis, acordam uma linha de fronteira que tem como marcador principal o topo das Penhas da Esparoeira. Aqui se estabelece ou restabelece a marca posse territorial. A linha de fronteira não podia deixar de passar pelo agigantado penhasco que domina a paisagem, a Esparoeira. Por esta altura Valência de Alcântara tenta competir em importância com Marvão, ambas se afrontam e, cada vez mais o controlo de fronteiras assume papel preponderante. Mas a memória do velho território Ammaiense, que unificava um vasto território desde perto de Alcântara até testar com terras da Ponte Sôr teimava em diluir os marcos fronteiriços impostos por Alcanizes. Assim, em 1313, os "homens bons" de Valência e Marvão voltam a reunir-se e acordam em diluir, localmente, alguns constrangimentos que a rígida linha de fronteira impunha. Deste acordo resulta uma abertura de fronteiras, provavelmente a mais antiga da Europa, mas exclusiva para as gentes dos termos de Marvão e Valência de Alcântara. Este acordo, continuamente ratificado entre os representantes de ambos os concelhos, manteve-se em efetividade até aos inícios dos século XX. Contudo, para os de fora, a fronteira política e económica mantinha-se e até se reforçava.

Foi por esta via que milhares de judeus fugidos da expulsão imposta pelos Reis Católicos passaram e vieram pagar o seu tributo ao Rei D. Manuel, alguns quilómetros mais à frente, na Torre da Alfândega da Portagem. Com o reforço geral das fronteiras entre Portugal e Castela e mais tarde a Espanha unificada, decorrente dos cíclicos confrontos bélicos entre as duas nações, a estrada que ligava os dois países e que pelo Porto Roque passava necessita de forte controlo. A linha de fronteira que une o marco 687 com o 688 vai passar a ter significado acrescido ao seccionar a estrada que liga Portugal a Espanha. As centenárias "casetas" de madeira que abrigavam os guardas que controlavam a passagem de gentes e mercadorias e que entestavam em ambos os lados da fronteira, vão ser substituídas por pequenas casas de guarda. A casa do lado espanhol, à esquerda da estrada de quem de Portugal se dirige para Espanha, foi a primeira a ser construída, mantendo-se por longos anos ainda a "caseta" de madeira do lado oposto em território português. Nos meados do século XIX, na aldeia dos Galegos, constrói-se um posto para aquartelar a guarda da fronteira. Nos inícios do século XX o posto é ampliado e renovado. Neste edifício, em 1908, ainda pernoitou o Rei D. Carlos, durante uma caçada nesta região. Deste posto, ainda algo distante do Porto Roque, fazia-se deslocar diariamente a patrulha que controlava a entrada no País.

Com o fim da Guerra Civil Espanhola e apaziguados os ânimos da 2ª Grande Guerra os intercâmbios entre os dois países aumentam vertiginosamente e a fronteira do Porto Roque é das mais concorridas.

O controlo de fronteiras reforça-se e a Guarda Fiscal, a Polícia Política (PIDE / DGS) e a alfândega, cada entidade com sua sede e distantes entre si, a par de várias postos de controlo ao longo da estrada, implicavam múltiplas paragens e diversos contratempos burocráticos aos que por esta fronteira passavam. O Governo Central consciente destes fortes constrangimentos aos que pela E.N 246-1 se deslocavam, convida o então já famoso arquitecto Cassiano Branco a projetar o complexo arquitetónico denominado Estação Fronteiriça de Marvão a implantar no Porto Roque, encostado ao milenar e natural marco territorial que é as Penhas da Esparoeira. Em 1969 é a provado o projecto do credenciado arquitecto e as obras iniciam-se de imediato.

Este conjunto arquitectónico tem como epicentro um espaçoso edifício, no eixo da estrada, constituído por dois corpos. Um dos quais, maioritariamente aberto, acolhia os serviços de alfândega, PIDE e Guarda Fiscal, do outro funcionava o restaurante, o serviço de turismo e câmbio. Uma ampla cave acolhia um arquivo, duas celas e gabinetes de apoio. Do outro lado da via Espanha-Portugal, uma báscula e um amplo armazém. A velha casa de guarda junto ao marco 688 é reabilitada e passa a constituir-se com posto principal de controlo.

Para o colhimento dos vários funcionários da fronteira e respectivas famílias (Guarda Fiscal, Alfândega e PIDE/DGS) é construído um desafogado aldeamento com 20 fogos,

parque desportivo e uma igreja. Estava ainda prevista a construção duma escola primária, que nunca chegou a concretizar-se. O conjunto edificado, em número de 17, possui uma área coberta que se aproxima dos 3700 metros quadrados, distribuídos por uma área de aproximadamente 20 hectares. Com um custo global de 33 000 contos (165 000 Euros), este vasto conjunto foi inaugurado pelo Presidente da República Américo Tomás, em 1972, entrando, de imediato ao serviço.

O projecto geral é da autoria do Arq. Cassiano Viriato Branco, do Eng. Civil António de Amorim Carvalho Guerra e do Eng. Electrotécnico António da Assunção Ribeiro.

Pouco tempo depois, os vizinhos espanhóis promovem a construção, de raiz, dum posto fronteiriço a escassas dezenas de metros do marco 688 mas de dimensão e qualidade muito inferior ao que foi erigido na parte portuguesa. Sobre o marco 688 uma velha casa da guarda espanhola também recebe obras de remodelação.

A renovada fronteira do Porto Roque mantém-se em plena actividade até à total abertura das fronteiras do espaço europeu por via do Acordo Shenguen, ao qual Portugal e Espanha aderiram em 25 de Junho de 1992. Alguns meses depois as instalações centrais da Estação Fronteiriça são encerradas. O bairro acolheu por mais alguns anos as famílias que aí moravam, mas com a desactivação dos serviços foram abandonando paulatinamente as casas, transformando-se este espaço numa aldeia fantasma.

Tentativas de reocupação do espaço central ainda ocorreram com manutenção dum restaurante e do posto de informações turísticas, mas a não obrigatoriedade de paragem das viaturas inviabilizou o previsto sucesso destes serviços.

Em 2014 o terreno e edifícios são adquiridos pela Município de Marvão. A área adquirida inclui também a fantástica formação quartzítica das Penhas da Esparoreira onde se encontra o abrigo com pinturas rupestres do Ninho do Bufo e a estrutura defensiva de origem pré-histórica que coroa a formação rochosa. Passou, assim, para a responsabilidade municipal um conjunto de extrema importância patrimonial cujas origens remontam à pré-história e que continuamente foram sempre apropriadas pelo homem como marco de delimitação territorial.

Por aqui passaram as primeiras comunidades humanas, os romanos aqui se implantaram, as disputas entre as ordens religiosas aqui se fizeram sentir, as imposições do tratado de Alcanizes aqui se materializaram, a primeira abertura de fronteiras no séc. XIV aqui se estabeleceu, cortejos de casamentos reais, bandos de judeus fugidos de Espanha, exércitos invasores, perseguidos políticos de ambos os lados, todos transpuseram a fronteira do Porto Roque e lá em cima as Penhas da Esparoeira com as suas pinturas milenares e onde até há meia dúzia de anos as gentes desta região, portugueses e espanhóis, se reuniam na 2ª feira de Páscoa para comer o borrego, assistem tranquilamente à dinâmica da construção da memória deste espaço.

Poucos conjuntos com tão forte e importante carga histórica, arqueológica e etnográfica existem como o *Conjunto Histórico / Arquitectónico Fronteiriço do Porto Roque*, por estes motivos e no qual se destaca ainda a assinatura de Cassiano Branco do projecto arquitectónico do conjunto edificado, venho propor que todo a área seja classificada na categoria de "Conjunto de Interesse Municipal" e que se proponha, de seguida, à Direcção Regional de Cultura a sua classificação como "Conjunto de Interesse Público".

18 de Novembro de 2014

Jorge de Oliveira